

Título do original:
Précis de Géographie Économique

Copyright by
Presses Universitaires de France

INTRODUÇÃO

Definição
A Geografia Econômica tem por objeto o estudo das formas de produção e o da localização do consumo dos diferentes produtos no âmbito mundial. Por sua essência, é uma ciência humana ou, mais precisamente, uma ciência social, no sentido de que os processos de produção, de transporte e trocas, de transformação e de consumo dos produtos são resultantes de iniciativas humanas e as suas características, a sua eficiência, são devidas às formas de organização decorrentes do passado próprio a cada grupo humano.

Os fatos e os processos que constituem o tema de estudo da Geografia Econômica resultam de dados históricos, cuja amplitude pode ser mais ou menos longa:

- A evolução milenar dos métodos de cultura e de fabricação;
- A utilização de descobertas científicas sucessivas e contínuas em determinadas condições históricas e geográficas;
- A projeção, sobre a superfície do globo, dos diversos meios de produção e de troca, dos diversos modos de consumo e de utilização, de acordo com o desenvolvimento dos diferentes sistemas políticos, econômicos e sociais e conforme o concomitante aperfeiçoamento das técnicas — e a desigual extensão espacial de cada um desses sistemas.

Distribuição
Localização
Um primeiro tema de estudo é, portanto, o exame das condições de distribuição quantitativa e qualitativa dos grupos humanos na superfície do globo. A geografia do consumo provém de combinações complexas entre o número e o nível das necessidades, os quais se acham ligados ao grau de desenvolvimento técnico e às estruturas sociais. A geografia da produção depende da localização dos diversos tipos de produção e de fabrico, assim como das suas formas de expansão. Todo

1983

Direitos para a língua portuguesa, adquiridos por:



Sede:
Av. Vieira de Carvalho, 40 - 5º andar
CEP 01210 - São Paulo - SP
Tels.: 223-4619 e 223-6923
Telex: 32294

Vendas:
Rua Doze de Setembro, 1305 - V. Guilherme
CEP 02052 - São Paulo - SP
Tel.: 267-0331

*... para a distribuição
da população e a produção
... com os grupos humanos.*

ênulo racional de Geografia Econômica inicia, portanto, por uma consideração sobre a distribuição da população do globo e pelo exame das formas de produção e de consumo próprias aos diversos grupos humanos, conforme a estrutura de sua economia. Não será possível a distinção de grupos estanques, mas tornar-se-á necessário, ao contrário, definir a natureza das relações existentes entre os grupos humanos.

Embora a produção agrícola seja, na ordem histórica, a muito mais antiga, e no plano geográfico a mais largamente desenvolvida, a chave dos mecanismos da economia contemporânea é fornecida pelo conhecimento das formas e das condições do desenvolvimento da produção industrial: a primazia reverte-se ao estudo desta última.

A grande diversidade da produção agrícola, conforme seja ela influenciada com maior ou menor intensidade pela ação direta ou indireta da economia industrial, situa-se em três planos sucessivos:

— em função das aptidões naturais às diferentes formas de especulações vegetais ou animais, sobretudo em função das condições climáticas;

— Pelo relacionamento com a repartição das diversas culturas e das diferentes formas de pecuária;

— Em função dos diversos sistemas de produção.

Os intercâmbios internacionais exigem, por seu turno, duas séries de considerações: 1) volume, direção, modalidade das trocas, de acordo com as necessidades e os imperativos dos diversos sistemas econômicos; 2) organização material de todas as formas de transporte e de transmissões.

A estatística é um meio de diagnosticar o estado atual da produção, do consumo, da circulação dos produtos brutos e elaborados. Projetada sobre o plano histórico, ela permite definir as evoluções e explicar, pelo conhecimento das formas anteriores de produção e de comércio, as situações econômicas atuais. Instrumento indispensável, a estatística não deve ser considerada senão como um instrumento.

PRIMEIRA PARTE

OS HOMENS E OS SISTEMAS ECONÔMICOS

O processo lógico do pensamento, em um estudo de Geografia Econômica do mundo, é o de analisar sucessivamente todos os dados que exercem uma influência sobre a repartição da produção, sobre a sua intensidade em cada lugar, sobre a repartição do consumo, em si mesmo e em seu relacionamento com a da produção. Esses dados são numerosos, de essência diversa e de importância desigual. Uma classificação torna-se, pois, necessária.

Dentro de um domínio definido, e em um momento determinado, o volume e a natureza da produção acham-se subordinados, até certo limite, à existência de condições de produção, que são dados inerentes ao meio físico (regime das chuvas, presença de jazidas minerais) ou adquiridos através da ação de gerações passadas (cultura dos terrenos, equipamento industrial, rede de transportes). Esses dados não passam, porém, de dados potenciais. Não é difícil demonstrar que a presença de reservas consideráveis de energia aproveitável industrialmente não é suficiente para engendrar o aparecimento de uma indústria: a bacia do Congo dispõe de um dos mais altos potenciais de energia hidrelétrica do mundo. Da mesma maneira, a existência de uma exploração anterior não garante de forma alguma a possibilidade de uma produção atual; o exemplo clássico é o representado pelo caso das terras em que anteriormente se desenvolveu uma produção agrícola e que mais tarde foram abandonadas em proveito do deserto ou da floresta densa. A fertilidade de um solo não é, *ipso facto*, geradora de uma agricultura de alto rendimento. As condições de produção só possuem, pois, um valor relativo. Com efeito, condições desfavoráveis podem ser corrigi-

*Uma
café
contra-
posições
ab-
mínimas*

das ou anuladas: um ambiente malárico pode ser corrigido pela drenagem ou pela destruição dos anófeles; a mediocridade de um solo pode ser superada pelas correções, adubações, pela seleção das plantas cultivadas e outros procedimentos.

Tudo será puramente virtual enquanto a população estiver ausente. A presença humana tem uma importância e uma significação de outra ordem, diferente das condições de produção. Ela é essencialmente diferente e decisiva. Manifesta-se porém, com uma intensidade desigual, não somente de acordo com o número de habitantes — considerado como força de produção ou como exigência de produtos (consumo) —, mas também de acordo com a eficácia produtiva da população, que se encontra subordinada à capacidade técnica, à organização da produção, à qualidade e natureza das necessidades regionais de consumo, às das necessidades exteriores projetadas sobre a área geográfica considerada, etc. *População, sistemas e técnicas de produção são mais do que condições de produção: constituem os próprios fatores da produção.*

Os fatores de produção não são somente primordiais no tocante às condições da mesma, nem se apresentam na mesma escala. A distribuição bruta da população é na verdade, sob certos aspectos, um fato de geografia regional, na medida em que se a considera como uma condição de produção (presença de consumidores constituindo um mercado, existência de mão-de-obra), da mesma maneira que a repartição das condições climáticas ou a dos recursos minerais, mas a distribuição dos diversos sistemas econômicos e sociais, a das combinações técnicas, entre regiões diversamente equipadas e diferentemente providas de meios de produção, são fatos de geografia geral, que se projetam no espaço numa escala planetária. A necessidade de definir-se previamente todos os fatores gerais requer o estudo global de todos os dados concernentes à distribuição e à organização das coletividades humanas.

capacidade técnica da população

Acidade
visando
industrial
vem antes
porque
é preciso
da produção

A presença
da
população
como de
determinante
e a técnica
da produção

CAPÍTULO I

OS HOMENS

Três considerações fundamentais dominam o estudo do povoamento da Terra, encarada sob o ângulo da Geografia Econômica ¹:

1. *A população do globo sofre um crescimento geral — particularmente rápido em certos países;*

2. *Ela é muito desigualmente repartida, em função da distribuição das terras habitáveis e dos recursos conhecidos;*

3. *Encontra-se ela muito irregularmente provida de meios de produção e a taxa individual de [capacidade de consumo] é também muito desigual, nas diferentes regiões do mundo. Em consequência, a comparação das cifras brutas exprime apenas uma parte do problema principal, sob o ponto de vista da Geografia Econômica: a definição da capacidade de produção de uma coletividade humana e a dos resultados da aplicação do trabalho desta coletividade à exploração das condições de produção do meio ambiente: o nível de vida médio.*

É preciso, portanto, a partir desta terceira consideração, empreender o estudo das causas da desigual eficiência econômica da população, as da organização da produção: os sistemas econômicos e sociais e as disponibilidades técnicas.

Mas torna-se igualmente difícil qualificar os dados pertinentes às duas primeiras considerações sem previamente registrar alguns dos resultados essenciais de uma análise preliminar da desigual eficácia

1. Um estudo mais sistemático sobre a geografia da população é encontrado na obra de Pierre George — "População e povoamento" —, DIFEL, São Paulo, 242 pp., 1974.

(00/028)

produtiva dos diferentes grupos humanos. Para clareza da exposição, dividir-se-á em duas partes o exame do desigual desenvolvimento econômico da humanidade. Convém definir, inicialmente, os quadros de uma classificação dos tipos de povoamento, que permita apreciar qualitativamente as diferenciações regionais das variações de população e os caracteres distintivos das diversas coletividades humanas. Os problemas principais das relações quantitativas entre efetivos humanos e recursos serão examinados separadamente.

1. *Países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.* O vocabulário atualmente empregado em âmbito internacional distingue países economicamente desenvolvidos e países economicamente subdesenvolvidos. O exame das condições históricas que conduziram a esta distinção de fato e o das estruturas econômicas e sociais correspondentes a cada uma das duas grandes séries constituirão o assunto do capítulo II. Aqui só se tratará, portanto, de definir sumariamente as características dos países subdesenvolvidos e dos desenvolvidos, da maneira como eles aparecem nos fatos.

Os países *desenvolvidos* são aqueles que puderam realizar sua *industrialização sobre uma base nacional*. Os lucros da produção industrial somam-se, na formação da renda nacional, aos de uma exploração agrícola muito mais eficaz do que aquela dos países não industrializados (rendimento da unidade de superfície de três a dez vezes superior, comparando-se unicamente economias agrícolas sedentárias — rendimento do tempo de trabalho até mais de cem vezes superior). A acumulação de capitais permite subvencionar atividades de serviços externos: transportes efetuados por conta de terceiros, venda de patentes, de protótipos etc. Os lucros da produção são suficientemente elevados para financiar atividades não-produtivas, que participam da administração do patrimônio econômico e do desenvolvimento da tradição cultural — sem excluir uma parte mais ou menos elevada de parasitismo econômico (notadamente atividades supérfluas no domínio comercial). Os “valores somados” representam uma parte cada vez mais importante no produto bruto nacional, em relação aos valores das produções primárias brutas. O nível médio de vida é elevado, abstração feita no imediato de toda consideração sobre a verdadeira repartição da renda nacional, o desenvolvimento da instrução e das atividades culturais é grandemente facilitado, e a higiene individual e social atinge um alto nível. Geralmente, a população urbana ocupa um lugar numericamente preponderante e sempre importante.

Os países *subdesenvolvidos* definem-se inicialmente por antítese. São países estritamente agrícolas ou que possuem apenas atividades industriais subalternas ou desenvolvidas sobre uma base não nacional

(21)

o mundo, a antiguidade Europeia e, simultaneamente o bochorno do subdesenvolvimento.

(indústrias extrativas organizadas pelas economias estrangeiras visando as suas próprias necessidades: produção de petróleo, de certos metais metálicos...). O rendimento da agricultura, única forma de produção, é muito baixo. A renda local — porque é inútil falar-se aqui de uma renda nacional —, representada essencialmente por uma oferta de produtos alimentares, não permite suportar a carga de uma população ativa não produtiva, que não produz gêneros agrícolas. O nível médio de vida nesses países é baixo, freqüentemente muito baixo. O analfabetismo é geral e, apesar dos progressos recentes, a higiene social encontra-se ainda insuficientemente desenvolvida. Se as cidades aí crescem por vezes mais rapidamente que nos países industriais, é sobretudo por causa da acumulação de um setor “terciário” parasitário.

Para uma distinção elementar entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos podem ser adotados três critérios fáceis e cômodos: a determinação do quociente de disponibilidade teórica de energia mecânica por indivíduo, a porcentagem de população agrícola em relação à população ativa total e, enfim, a porcentagem dos efetivos de população rural e de população urbana. A utilização do primeiro e do terceiro critérios é de alcance mais universal do que a do segundo, que requer estatísticas de discriminação profissional da população, as quais não são fornecidas por todos os países nem apresentam sempre a mesma precisão. Entretanto, na escala das cartas de reconhecimento, esses modos de discriminação mostram-se mais ou menos homólogos. (Figuras 1 e 2).

É em função desta divisão muito elementar, mas absolutamente fundamental, do mundo atual que se pode empreender utilmente o estudo da evolução quantitativa da população do globo, de 50 anos para cá, assim como o da sua distribuição geográfica atual.

Mas não se poderia restringir unicamente ao modo de caracterizar os países subdesenvolvidos por um atraso técnico e uma insuficiência produtiva, que são os elementos de uma situação de fato e os resultados de uma série de conjunturas históricas. Também se torna preciso qualificar esta situação lembrando que ela é proveniente, de um lado, do papel inibidor das relações que lhe foram impostas pelos países desenvolvidos, desde pelo menos há um século, como a colonização ou subordinação econômica. *É um quarto de história*

2. *O crescimento da população do globo.* Em um século, a população do globo aumentou de 2 bilhões de pessoas. Após o término da I Guerra Mundial, ou seja, há apenas um pouco mais de cinquenta anos, elevou-se ela de 1.813 milhões para 3,5 bilhões de indivíduos. O crescimento anual médio durante esse período de meio século é, pois, da ordem de 30 milhões. Mas trata-se atualmente de um pro-

mas vê no subdesenvol. vida (caus) a forma do mundo

a - antes desenvolvimento subdesenvolvido

classificação como geografia a população do subdesenvolvido

Mais de 1/3 da população do mundo vive em países subdesenvolvidos

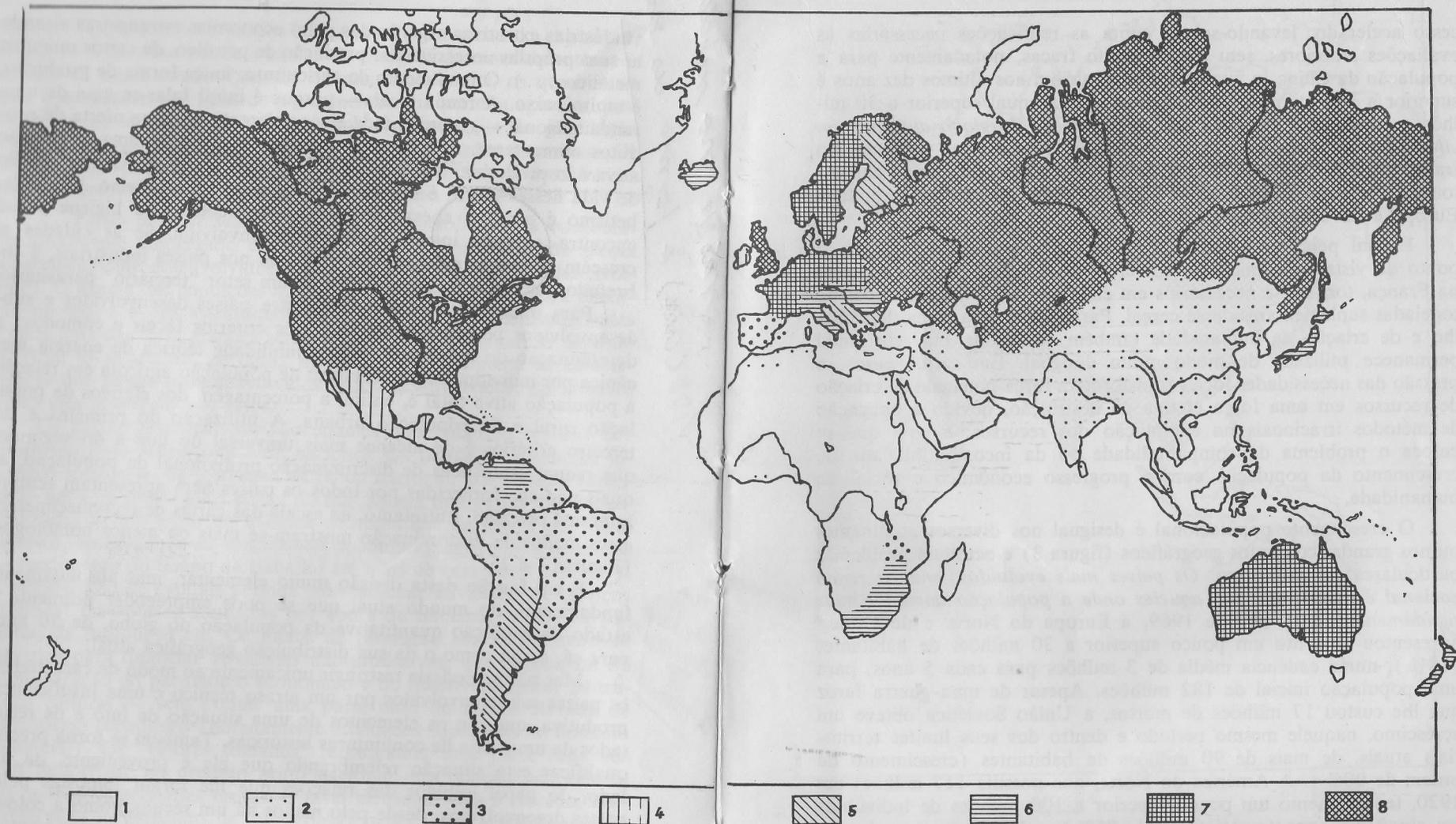


FIGURA 1 — Quocientes de consumo de energia mecânica métrica, teórica, convertidas todas as fontes de energia em equivalente-hulha).
 1. Menos de 0,1 t/hab. — 2. De 0,1 a 0,5 t/hab. — 3. De 0,5 a 1 t/hab. — 4. De 1 a 2 t/hab. — 5. De 2 a 3 t/hab. — 6. De 3 a 4 t/hab. — 7. De 4 a 5 t/hab. — 8. Mais de 5 t/hab.

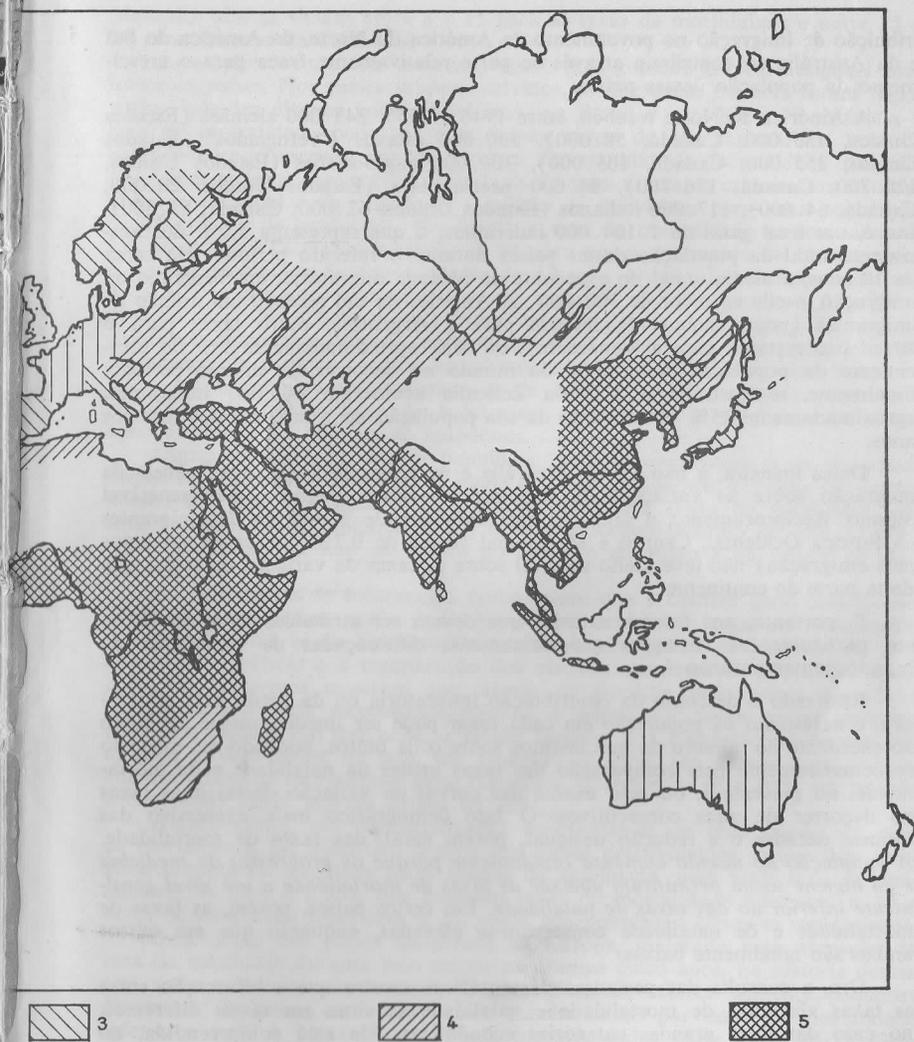
cesso acelerado; levando-se em conta as retificações necessárias às avaliações anteriores, sem dúvida muito fracas, notadamente para a população da China, o aumento que se atribui aos últimos dez anos é superior a 300 milhões, ou seja, uma média anual superior a 30 milhões. *Atualmente, em cada ano, a população do globo aumenta em cifra superior a dois terços da população francesa ou italiana.* No transcurso dos cinquenta últimos anos, a população do mundo aumentou de um número de homens superior a dos habitantes de toda a Europa e da China, reunidas.

É fácil perceber a importância assumida por esse fato, sob o ponto de vista econômico. Se se refere ao consumo médio do trigo na França, tornam-se necessários em cada ano cerca de 6 milhões de toneladas suplementares desse cereal. Paralelamente, a força de trabalho e de criação da humanidade também aumentou, mas ela ainda permanece utilizada de modo muito desigual. Em certos casos, a pressão das necessidades locais transforma a força potencial de criação de recursos em uma força efetiva de destruição, devido a aplicação de métodos irracionais na exploração dos recursos; é aqui que se coloca o problema da compatibilidade ou da incompatibilidade do crescimento da população com o progresso econômico e social da humanidade.

O crescimento populacional é desigual nos diversos continentes ou nos grandes conjuntos geográficos (figura 3) e ocasiona problemas particulares em cada caso. *Os países mais evoluídos, onde a renda nacional é maior, não são aqueles onde a população aumenta mais rapidamente.* Entre 1920 e 1969, a Europa do Norte e de Oeste² apresentou aumento um pouco superior a 30 milhões de habitantes (18%), numa cadência média de 3 milhões para cada 5 anos, para uma população inicial de 182 milhões. Apesar de uma guerra feroz que lhe custou 17 milhões de mortos, a União Soviética obteve um acréscimo, naquele mesmo período e dentro dos seus limites territoriais atuais, de mais de 90 milhões de habitantes (crescimento da ordem de 90%). A América do Norte, que possuía 117 milhões em 1920, teve aumento um pouco superior a 100 milhões de indivíduos em cinquenta anos (crescimento de 85%), sob um ritmo acelerado (aumento de mais de 50 milhões no decorrer dos últimos vinte anos).

Os acréscimos mais importantes foram registrados nos países subdesenvolvidos, não somente em valor relativo, mas pela massa numérica das populações interessadas. A América Latina, ultrapas-

2. Países escandinavos, Reino Unido, Eire, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo e França.



m relação à população ativa total.

40% — 4. De 40 a 60% — 5. Mais de 60%.

tribuição da imigração no povoamento da América do Norte, da América do Sul e da Austrália só contribuiu através de parte relativamente fraca para o crescimento da população desses países.

A América do Norte recebeu, entre 1946 e 1955, 243.000 alemães (Estados Unidos, 185.000; Canadá, 58.000), 360.000 eslavos ("refugiados": Estados Unidos, 255.000; Canadá, 105.000), 300.000 anglo-saxões (Estados Unidos, 122.700; Canadá, 176.700), 84.000 neerlandeses (Estados Unidos, 20.000; Canadá, 64.000), 117.000 italianos (Estados Unidos, 62.000; Canadá, 55.600), isto é, um total geral de 1.104.000 indivíduos, o que representa 5,6% do crescimento total da população destes países durante o referido período. Há cerca de 10 anos, a média anual do excedente da balança migratória, em benefício da imigração, oscila ao redor de 300.000. A América do Sul recebeu um milhão de imigrantes (pouco menos da metade para a Argentina, outro tanto para o Brasil e o restante para a Venezuela), ou seja, aproximadamente 2% do crescimento da população desta parte do mundo no decorrer do mesmo período. Finalmente, a Austrália e a Nova Zelândia acolheram 600.000 imigrantes, aproximadamente 25% do aumento da sua população no transcurso dos mesmos anos.

Dessa maneira, a não ser na Austrália e na Nova Zelândia, a influência da imigração sobre as variações da população é muito pequena, negligenciável mesmo. Reciprocamente, a saída de aproximadamente 5 milhões de emigrantes da Europa Ocidental, Central e Meridional (cerca de 0,7% dos países atingidos pela emigração) não teve efeito sensível sobre as taxas de variação da população desta parte do continente.

É, portanto, aos fatores naturais que devem ser atribuídas as variações e, em particular, as variações geograficamente diferenciadas da população no mundo contemporâneo ³.

Realizado o desconto da contribuição imigratória ou da perda pela emigração, o acréscimo da população em cada lugar pode ser imediatamente atribuído ao excedente do número de nascimentos sobre o de óbitos, podendo ser expresso esquematicamente pela comparação das taxas brutas da natalidade e da mortalidade, no presente ⁴, ou pelo exame das curvas de variação destas duas taxas no decorrer de anos consecutivos. O fato demográfico mais expressivo das últimas décadas é a redução desigual, porém geral, das taxas de mortalidade. *A população do mundo aumenta rapidamente porque os progressos da medicina e da higiene social permitiram abaixar as taxas de mortalidade a um nível geralmente inferior ao das taxas de natalidade.* Em certos países, porém, as taxas de mortalidade e de natalidade conservam-se elevadas, enquanto que em outros ambas são igualmente baixas.

Ora, a consulta das pesquisas demográficas mostra que a bifurcação entre as taxas absolutas de mortalidade e natalidade se situa em níveis diferentes, no caso das duas grandes categorias econômicas. Ela está compreendida, no caso dos países subdesenvolvidos, entre 20 e 30 para as taxas de mortalidade e entre 35 e 45 para as taxas de natalidade. Ao contrário, para os países indus-

3. Não ocorreu esse fato durante a segunda metade do século XIX, quando a imigração foi responsável pelo rápido crescimento da população do continente americano, sobretudo na América do Norte.

4. Número de óbitos e de nascimentos relacionados a uma coletividade numérica de 1.000 indivíduos.

trializalos elas se situam entre 8 e 15 para as taxas de mortalidade e entre 15 e 20 para as taxas de natalidade ⁵.

As amplitudes são, em cada um desses dois grandes grupos, desiguais conforme os países. Nos países subdesenvolvidos, as diferenças maiores foram registradas, nos dez últimos anos, no México, no Brasil e na China. No México, a taxa de mortalidade pode ser considerada como de 10, enquanto a taxa de natalidade se conservou muito próxima do máximo de fecundidade natural: 45. Atinge-se nesse caso a cifra recorde de 35 para a taxa de crescimento natural. O aumento anual é da ordem de 1 milhão de indivíduos para uma população de 35 milhões de habitantes. No Brasil, a taxa de mortalidade passou, entre o fim do século XIX e os dias atuais, de 31 para um pouco menos de 15, enquanto a taxa de natalidade declinava apenas de 47 para 43/44. O crescimento natural é de 30‰ por ano, representando um aumento global superior a 2 milhões de habitantes. Na China, a taxa bruta de mortalidade é inferior a 15, mas a natalidade permanece elevada, embora em nível menor que a apresentada pelos dois países da América Latina anteriormente citados, com uma taxa bruta de 30; o crescimento natural aproxima-se de 20‰ o que, projetado sobre uma população de 700 milhões de habitantes, corresponde a um aumento anual aproximado de 15 milhões de indivíduos.

Outras coletividades menos populosas também apresentam taxas de crescimento natural muito elevadas: o Egito (taxa de natalidade 43; taxa de mortalidade, 15; excedente natural, 28), África do Norte (taxa de natalidade, 45; taxa de mortalidade próxima de 15; excedente natural vizinho de 30). O crescimento natural por ano da África do Norte e do Egito é da ordem de dois milhões.

As deficiências de informação favoreceram que a opinião geral acreditasse, desde há longo tempo, que a Índia e a África conheciam taxas de crescimento natural inferiores às do Extremo Oriente ou às dos países do Magreb. As pesquisas demográficas e a comparação dos efetivos absolutos da população entre dois recenseamentos mostram que, apesar de persistir mortalidade elevada e notadamente a forte mortalidade infantil, a população desses países aumenta em ritmo rápido. Em dez anos, a União Indiana e o Paquistão ganharam 100 milhões de habitantes, ou seja, um aumento de 20% em apenas uma década, embora a taxa de mortalidade geral registrada (inferior de 20 a 30% em relação à taxa real) ainda seja da ordem de 20‰.

Alguns países não industrializados beneficiam-se de uma queda da taxa de mortalidade, até atingirem o nível dos países desenvolvidos, o que lhes assegura, juntamente com suas taxas médias de natalidade, uma forte taxa de crescimento. A Síria e Cuba, que possuem taxas de mortalidade inferiores a 10 e taxas de natalidade superiores a 25, vêem sua população elevar-se rapidamente.

O conjunto dos países industriais da Europa, malgrado uma elevação da taxa de natalidade durante pelo menos os últimos cinco anos, na maioria dentre eles após o término da Segunda Guerra Mundial, oferece somente pequenas diferenças. Os países escandinavos são caracterizados por taxas de mortalidade inferiores a 10 e taxas de natalidade compreendidas entre 15 e 20; a Grã-Bretanha e a França possuem taxas de mortalidade ligeiramente superiores a 10 e taxas de natalidade vizinhas de 20. A Alemanha Ocidental, a Áustria, o Luxemburgo, que possuem taxas de mortalidade semelhantes às acima citadas, registram taxas de natalidade pouco superiores (próximas de 15). Finalmente,

5. Em virtude do registro deficiente dos dados, torna-se necessário para os países subdesenvolvidos avaliar as taxas de natalidade e de mortalidade como sendo mais elevadas, na ordem de 50 e 40.

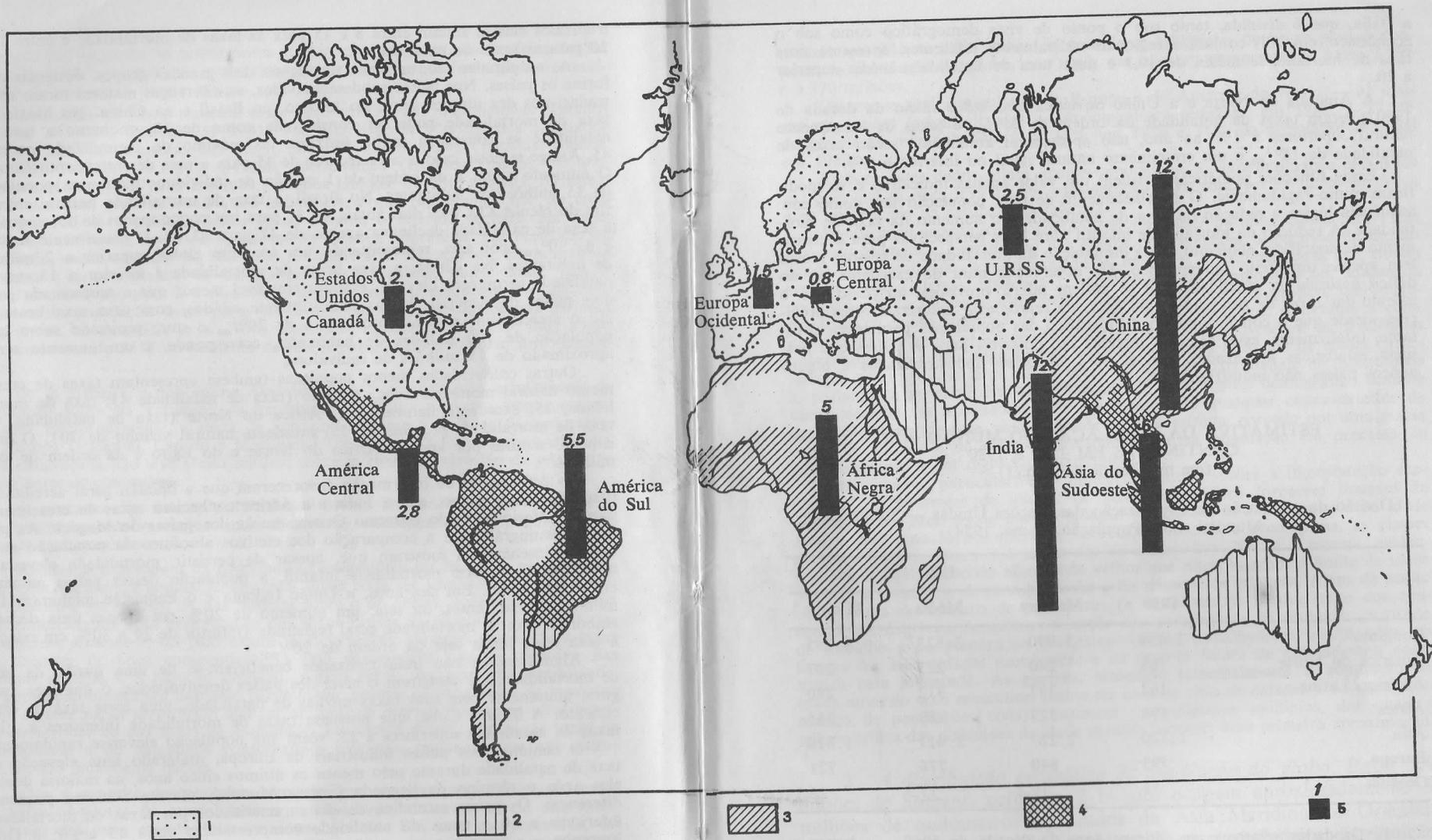


FIGURA 3 — Distribuição das taxas de natalidade e dos crescimentos naturais anuais.

a) Em convenções: — 1. 10 a 20% — 2. 20 a 30% — 3. 30 a 40% — 4. Mais de 40%. b) Em gráficos proporcionais: Crescimento natural — 5. Crescimento de um milhão por ano. Incluídos no gráfico, e localizados na posição conveniente, estão — Estados Unidos — Canadá — América Central — América do Sul — Europa Ocidental — Europa Central — URSS — China — África Negra — Índia — Ásia de Sudeste.

a Itália, que é dividida, tanto sob o ponto de vista demográfico como sob o econômico, em dois conjuntos regionais radicalmente diferentes, apresenta uma taxa de mortalidade média de 10,3 e uma taxa de natalidade média superior a 20.

A América do Norte e a União Soviética que até o início da década de 1960 tiveram taxas de natalidade da ordem de 25‰ e taxas de crescimento natural superiores a 1% ao ano, não apresentam atualmente senão taxas de natalidade de 18‰ e um crescimento natural igual ou inferior a 1%.

Essas situações numéricas possuem um valor apenas indicativo e se modificam muito rapidamente. O envelhecimento de uma população tem como consequência lógica a redução da taxa de natalidade e o aumento da taxa de mortalidade. A redução da mortalidade infantil abre boas perspectivas para o crescimento demográfico, enquanto que a diminuição da mortalidade de pessoas idosas tem apenas um efeito momentâneo. Da observação pura do excedente ou do déficit naturais da atualidade não se podem inferir previsões, ao passo que o cálculo das *taxas de fecundidade* ou *taxas de reprodução* autorizam essas previsões, desde que o comportamento demográfico das populações permaneça constante. Infelizmente, esses cálculos somente são possíveis para os países que possuem estatísticas atualizadas, isto é, para os países industrializados e alguns poucos países não industrializados.

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO MUNDO POR CONTINENTE EM 1950 e 1980 (em milhões de habitantes)

(Divisão da população da Organização das Nações Unidas — Conferência Mundial sobre População, Roma, 1954)

	1950	1980		
		Máxima	Média	Mínima ¹
Conjunto	2.454	3.990	3.628	3.295
América do Norte	168	240	223	207
América Latina	162	337	312	280
África	198	327	289	255
Ásia	1.320	2.227	2.011	1.816
Europa	593	840	776	721
Oceânia	13	19,2	17,5	16,1

1. Os dados relativos aos últimos anos da década de 1960 ... levam a pensar que a hipótese mínima será amplamente ultrapassada: América do Norte, 217; América do Sul, 280; África, 320; Ásia, 1.913; Europa, 529; Oceânia, 20; conjunto, 3.050.

Pela interpretação das curvas de evolução e da sensibilidade desta evolução demográfica à conjuntura, pode-se esboçar alguns panoramas prospectivos. Projetando-se sobre três décadas as tendências observadas nas décadas precedentes,

método que não se pode deixar de considerar arbitrário, obtém-se para o conjunto da população do globo, em 1980, um número compreendido entre 3.295 e 3.990 milhões.

Observe-se que a população da Europa e da América do Norte — as mais antigas regiões industrializadas — se encontrará reduzida, em 1980, a 27,5% da população mundial, contra os 33% em 1920 e 31% da população mundial em 1950.

Embora esses dados sejam apenas hipotéticos, a verossimilhança estatística faz com que se deva levá-los em consideração para conceber as linhas de força e os imperativos da evolução econômica.

Significação econômica da composição por idade de uma população — Em um dado momento, a conjunção dos efeitos das evoluções respectivas da mortalidade e da natalidade, compreendendo-se, inclusive, os traumatismos que afetam essa evolução (guerras, epidemias), expressa-se pela composição por idades da população. Esta última é usualmente demonstrada por um gráfico, convencionalmente chamado *pirâmide de idades* (Fig. 4). O exame e, sobretudo, a comparação desses gráficos fornecem ensinamentos concretos sobre as tendências quantitativas do grupo populacional considerado. Uma pirâmide de idades caracterizada por uma base larga indica taxas elevadas de natalidade e de fecundidade e, portanto, a permanência das condições de crescimento demográfico durante várias décadas, se não acontecer a intervenção de qualquer causa exterior de destruição. Inversamente, uma pirâmide de base estreita, coroada por uma massa densa de adultos e de velhos, corresponde a uma população em processo de envelhecimento e em regressão quantitativa.

Mas torna-se particularmente importante insistir sobre a interpretação econômica das pirâmides de idades. Os referidos gráficos fornecem imagem da repartição dos efetivos de uma população em classes de *idade ativa* e de *idade inativa*. Sob uma forma diferente de relações sociais e econômicas, as classes de idade inativa acham-se a cargo das de idade ativa. Não é a mesma, evidentemente, a significação do número de velhos que ultrapassaram o limite de idade passível do exercício de uma profissão e do número de crianças. Além da noção comparativa do número de produtores (e auxiliares de produção) e dos consumidores, é preciso considerar a noção das perspectivas de evolução da oferta de trabalho e da preparação das categorias de trabalhadores qualificados em função das necessidades econômicas e da reserva futura de mão-de-obra, constituída pela juventude. As guerras, atingindo principalmente a população de idade ativa do sexo masculino (salvo no caso de sítio de cidades e da destruição maciça de populações civis), assumem consequências múltiplas, das quais a leitura crítica das pirâmides de idade permite fornecer uma primeira aproximação.

3. *A distribuição geográfica da população do globo.* Entre 3,4 bilhões de homens, cerca de 2 bilhões ocupam aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados da Ásia Meridional e Oriental (sendo esta cifra utilizada considerando-se a verdadeira distribuição da população no interior dos territórios nacionais e a utilização do solo), ou seja, 3,7% da superfície continental. Mais de quatrocentos milhões de habitantes estabeleceram-se na Europa sobre cerca de 4 milhões de quilômetros quadrados, ocupados a oeste das fronteiras da União Soviética, o que vale dizer sobre uma extensão um pouco inferior a 3% da superfície continental. Dois terços da humanidade en-

contram-se concentrados sobre uma área um pouco superior a 6,5% das terras. Dos 235 milhões de habitantes da U.R.S.S., cerca de 180 milhões vivem sobre 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Mais de três quartos da população da América do Norte residem sobre aproximadamente 2 milhões de quilômetros quadrados efetivamente ocupados e explorados. Acompanhando o enunciado dessas cifras, chega-se a verificar que mais de 2,5 bilhões de indivíduos, representando três quartos da população do globo, distribuem-se sobre uma superfície ligeiramente superior a 12 milhões de quilômetros quadrados, menos de um décimo da superfície total dos continentes.

Não se poderia afirmar, igualmente, que o restante da população mundial se acha disseminado sobre a superfície complementar: 280 milhões de habitantes da América Latina ocupam, de modo mais ou menos descontínuo, cerca de 3.700.000 km²; 260 milhões de negros africanos ocupam menos de 8 milhões de km², dos quais 2,5 milhões são de terras aráveis; na Ásia Ocidental, 150 milhões de homens encontram-se agrupados em cerca de 700.000 km², utilizando esporadicamente os recursos de uma dezena de milhões de quilômetros quadrados de estepes e regiões semidesérticas.

A característica dominante da distribuição geográfica da população do globo é, portanto, a concentração de três quartos dos homens sobre menos de um décimo da superfície dos continentes (Fig. 5).

A distribuição da população pode ser analisada em função de fatores físicos: cerca da metade da humanidade vive na zona temperada do hemisfério norte; um total aproximadamente semelhante se encontra na zona quente, enquanto coletividades numericamente reduzidas vivem na zona temperada do hemisfério sul.

Quase um bilhão de brancos e mais de 500 milhões de amarelos vivem ao norte do paralelo de 30°; entre os paralelos de 30°N e 30°S estão localizados 450 milhões de amarelos, cerca de 800 milhões de indus, de paquistaneses, de indonésios e de malaios, 260 milhões de negros africanos e 300 milhões de americanos.

No interior desses limites, as fachadas marítimas ocidentais e orientais dos continentes (caracterizadas por climas oceânicos ou por diversas variações de climas continentais) congregam as principais massas de população: mais de 500 milhões localizam-se de um lado e doutro do oceano Atlântico Norte, mais de 1 bilhão no Extremo Oriente (Ásia do Leste e de Sudeste, Indonésia), 620 milhões na península Indiana, isto é, a metade da humanidade na Ásia das monções.

Se encarmos a distribuição da população numa escala mais detalhada, a repartição das planícies e planaltos e das regiões com

relevo cheio de contrastes e elevações levam-nos a outras observações discriminatórias: as mais importantes massas da população, mais de 4/5 da humanidade, estão situadas em regiões com menos de 500 metros de altitude absoluta. A altitude só desempenha um papel seletivo inverso em determinadas zonas da região quente.

Utiliza-se a noção de densidade de população para exprimir as relações numéricas entre população e superfície ocupada, sendo ela expressa pelo número de habitantes por quilômetro quadrado de superfície bruta. Sob a condição de ser calculada com base nas menores unidades de observação, isto é, nas menores circunscrições administrativas, esta noção pode ser considerada como uma noção de posição, ou como uma cômoda noção de aproximação. O conceito de densidade da população, porém, possui apenas um valor indicativo e não pode ser considerado como relação interpretativa ou explicativa. A mesma densidade de população corresponde a realidades econômicas e sociais profundamente diferentes, conforme seja considerada na África, numa planície do Extremo Oriente, numa região agrícola francesa ou nas zonas industriais da Europa de Noroeste. Ela somente fornece um ensinamento numérico bruto sobre o grau de ocupação do espaço geográfico pela população. Em caso algum a densidade da população poderia mascarar o elemento econômico fundamental, que é a relação entre necessidades e recursos.

Com efeito, é preciso precaução contra o uso inconsiderado do elemento densidade de população, por três razões principais:

1. Não existe nenhuma medida comum para avaliar os diversos potenciais de produção de superfícies iguais, examinadas em regiões naturais diferentes, em função de um nível técnico que autorizaria a mobilização dos recursos inventariados.

2. A avaliação de uma relação numérica entre população e superfície pode sugerir um postulado determinista subjacente, segundo o qual uma dada superfície — feitas todas as correções à imprecisão potencial da superfície bruta em uma escala regional — é suscetível de suportar um povoamento ótimo, acima do qual existe uma sobrecarga e abaixo do qual se instala uma insuficiente ocupação do território. Ora, de acordo com a importância dos investimentos de capitais e de trabalho efetuados em um período de duração mais ou menos longa em favor da valorização regional, uma superfície pode comportar uma população mais ou menos elevada. Além disso, a intensidade de um povoamento viável sobre o espaço considerado varia segundo as técnicas e formas de exploração utilizadas. A capacidade de uma superfície para a sustentação humana depende de circunstâncias históricas. A mesma superfície pode manter população uma a dez vezes superior, conforme seja explorada como pastagem ou como terra preparada para cultura (por exemplo, irrigada). A introdução de formas de produção industrial pode aumentar esta proporção de 1 a 1.000, nas regiões de formas de economia especializadas. A densidade realmente suportável, porém, dependerá da proporção da renda local de que dispõem os habitantes.

uma distribuição para a região que a população de cada país tem

população
densidade

proporção

Some
Largura

Relação entre necessidades e recursos

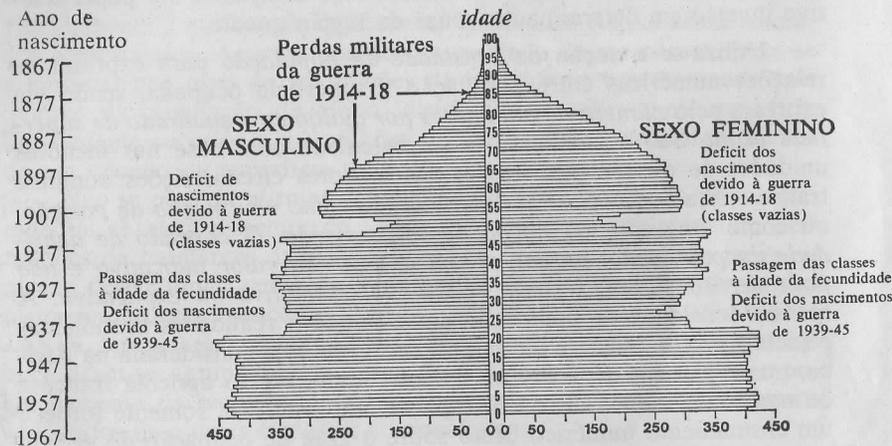


FIGURA 4 (a) — Pirâmide de idade na França em 1 de janeiro de 1968.

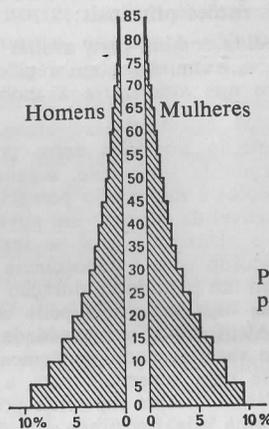


FIGURA 4 (b)
Pirâmide de idades da população do México.

O conceito de densidade populacional é muito referente à busca de um optimum de utilização dos recursos 2.ª necessidade social.

3. Pode-se ser tentado a utilizar o conceito de densidade de população para exprimir, explícita ou implicitamente, uma relação entre potencial de produção e quantidade de exigências. Ora, não somente é bastante variável o valor econômico de uma dada superfície territorial como também, nas condições atuais de organização social e econômica, não existe nenhuma medida comum para avaliar as necessidades de populações que vivem em condições tão diferentes quanto as do operário inglês e do homem do campo indiano. A transformação das condições de vida dos povos subdesenvolvidos destrói a significação subjetiva que seria tentado a atribuir a certos valores da densidade de população.

Relações entre Necessidades e Recursos

O desejo de expressar, por meio de uma fórmula numérica, as relações econômicas entre necessidades e recursos, choca-se contra obstáculos intransponíveis. A substituição da superfície explorada pela superfície propriamente dita, em um cálculo da densidade agrícola, na verdade constitui um valioso instrumento de análise. A primeira dificuldade com que se depara, quando se deseja atribuir um sentido econômico aos valores numéricos que exprimem relações entre superfície e população, é a avaliação das necessidades e dos recursos agrícolas (reais ou potenciais) em uma mesma unidade de medida. Por outro lado, é bastante difícil, mesmo para as sociedades de organização simples, localizar exatamente, sobre uma dada superfície, a produção dos recursos consumidos. Com maior razão, essas dificuldades se transformam em uma absoluta impossibilidade no caso das formas de economias comercializadas, com especialização funcional, local ou regional.

É, portanto, fora de qualquer formulação numérica sintética que estamos constringidos para avaliar as ligações entre os recursos, disponíveis ou mobilizados, e a população. Certas constatações, por mais elementares que sejam, são perfeitamente expressivas.

Inicialmente, a população mundial encontra-se distribuída de maneira muito desigual em relação à extensão dos continentes. Um mapa das densidades deixa aparecer um determinado número de desertos, no sentido demográfico deste termo. Ora, todas as zonas que se encontram atualmente vazias de homens, ou muito pouco ocupadas, não são zonas estéréis sob diversos pontos de vista econômicos. Sem considerar o caso ainda muito hipotético das possibilidades de valorização de alguns desertos, é fácil demonstrar que extensões consideráveis da África, da Indonésia (Bornéu), da América Latina, do Canadá e mesmo dos Estados Unidos, da Sibéria, são insuficientemente exploradas e subpovoadas e estariam aptas a assegurar satisfatórias condições de vida a várias centenas de milhões de homens. É preciso assinalar, todavia, que a sua subexploração prolongada sob condições de predatórias pode comprometer a aptidão futura para a produção agrícola. As terras quase vazias — menos de 10 habitantes por quilômetro qua-

uma defesa da distribuição populacional fundada numa finocronia geográfica (virg) dos materiais

voejamento

drado — e aptas ao povoamento (levando-se em conta as atuais possibilidades técnicas de utilização) cobrem uma superfície pelo menos igual à de duas vezes o continente europeu.

4. Desigual eficácia produtiva da população. Os nove décimos da população industrial do globo provêm, hoje em dia, de um pequeno número de países que totalizam as rendas das indústrias e as de uma agricultura bem mais produtiva do que a dos países não-industrializados. Esses países possuem menos de um terço da população mundial. O quociente individual anual teórico da renda nacional acha-se compreendido entre 5.000 e 15.000 F. Dois terços da população mundial vivem em países de economia agrícola de baixa produtividade, onde o referido quociente anual varia entre 500 e 1.000 F⁷.

É fácil demonstrar que essa situação resulta de conjunturas, não sendo a expressão de uma fatalidade natural. A não ser na escala de regiões pequenas, a ausência de um sistema de exploração econômica diferenciada, comportando todos os setores de atividades humanas dos países mais desenvolvidos, não poderia ser explicada por uma carência de condições naturais. Sua causa é o desigual desenvolvimento econômico e técnico do mundo contemporâneo. A população dos países subdesenvolvidos eleva-se a mais de 70% da população mundial. Essa verificação significa que mais de 2/3 da população do mundo dispõem de uma renda que apenas lhes permite satisfazer as elementares necessidades de existência. Já foi descrito e demonstrado que mais da metade da humanidade se encontrava em estado de subalimentação crônica. O problema adquire maior importância porque são justamente esses os países que se caracterizam por ritmos de crescimento os mais rápidos. Aparentemente, porém, esse problema é solúvel porque o desequilíbrio entre os recursos existentes e as necessidades da população não é resultante de uma ausência ou de uma insuficiência de recursos, mas de uma fraca utilização dos recursos materiais e da força de trabalho representada pela população.

Todo subdesenvolvimento econômico — e, paralelamente todo subdesenvolvimento social — implica, com efeito, ao mesmo tempo, uma ausência de exploração de recursos brutos e na falta de utilização da capacidade de produção da população. É impossível, geralmente, apreciar até que ponto os recursos de um país são subexplorados, pois o subdesenvolvimento comporta sempre uma falta de prospecção, isto é, do inventário dos recursos utilizáveis. A prospecção nos países sub-

7. Essas cifras representam apenas uma aproximação grosseira. Os métodos de avaliação da renda nacional variam muito de um país para o outro e a própria noção de renda nacional perde seu sentido em regiões de economia fechada, de âmbito doméstico ou rural.

24 Conclusão: o desenvolvimento técnico que se verifica é a satisfação das necessidades, como se este pensasse fundado em necessidades técnicas que não se constituem

na hora
a obra
a economia
a população
a renda
e o desenvolvimento
a desigualdade
a causa
a origem
a base

nos países
subdesenvolvidos
nem há uma ausência
de recursos

desenvolvidos é feita sob o impulso de interesses estrangeiros, tendo como objetivo não o estabelecimento de um balanço do patrimônio regional ou nacional, mas o inventário dos recursos necessários às economias externas, cuja exploração pode ser considerada rendosa.

Uma primeira insuficiência dos meios de produção nas formas de economia subdesenvolvidas é, portanto, a própria fraqueza dos meios de investigação das riquezas nacionais. Daí resulta todo um conjunto de carências: insuficiência de investimentos aplicados ao equipamento nacional e à criação de uma indústria, tendo como consequência a ausência de meios de produção de aparelhagem fundamental e de objetos de consumo e, por conseguinte, a redução das disponibilidades de investimentos, o subequipamento e a sobrecarga humana na economia agrícola. Esta somente obtém rendimentos muito fracos e, embora absorvendo enormes quantidades de trabalho humano, jamais consegue ocupar toda a população rural, uma parte da qual se encontra reduzida à fome por falta de terra e, portanto, de trabalho. As populações que se acham enquadradas nesta situação possuem níveis de vida extremamente baixos e, em geral, a seu propósito, costuma-se falar de superpovoamento. Na realidade, trata-se antes de um desperdício de energia humana não utilizada, ao mesmo tempo que um desperdício de vidas humanas (são estes os países onde a mortalidade se conserva mais elevada; vide página 26).

A industrialização, abrindo ao mesmo tempo novos setores de produção e aumentando o rendimento da terra e do trabalho agrícola, cria outras formas de relações quantitativas e qualitativas entre território e população e ocasiona, por outro lado, formas de trabalho e condições de vida radicalmente diferentes. Sob o ponto de vista qualitativo, um número idêntico da população não cobre os mesmos fenômenos humanos nem os mesmos problemas na economia industrial e na economia subdesenvolvida.

Se, na fase inicial de industrialização, o surgimento do setor industrial absorve grande quantidade de energia humana, mantida em reserva pelo subemprego ou pelo emprego irracional das forças do trabalho em uma economia retardada, o posterior desenvolvimento industrial e mesmo agrícola pode comportar uma redução de empregos, em virtude do progresso técnico. Toda desarmonia entre produção e capacidade de aquisição dos consumidores — não aqueles que possuem necessidades a satisfazer, mas os que têm poder de aquisição — pode ocasionar crises e rupturas de equilíbrio no mercado de trabalho. Uma economia industrial em país fracamente povoado pode parecer suficiente na satisfação das necessidades da população mesmo quando a consideração do seu potencial de produção a faz classificar entre

A indústria
aluguel
como coisa
do sub-
desenvol-
vimento

A indústria
feita
pelo setor
de serviços
e subdesenvol-
vimento
o que está
a ser formado
pelo setor
de serviços
múltiplos

uma forma feio-rática de consciência e 25
só por isso possível de se não sobre as condições
de um desenvolvimento - de boa vontade
bem as desenvolvimentos da economia M.S. por esse
momento

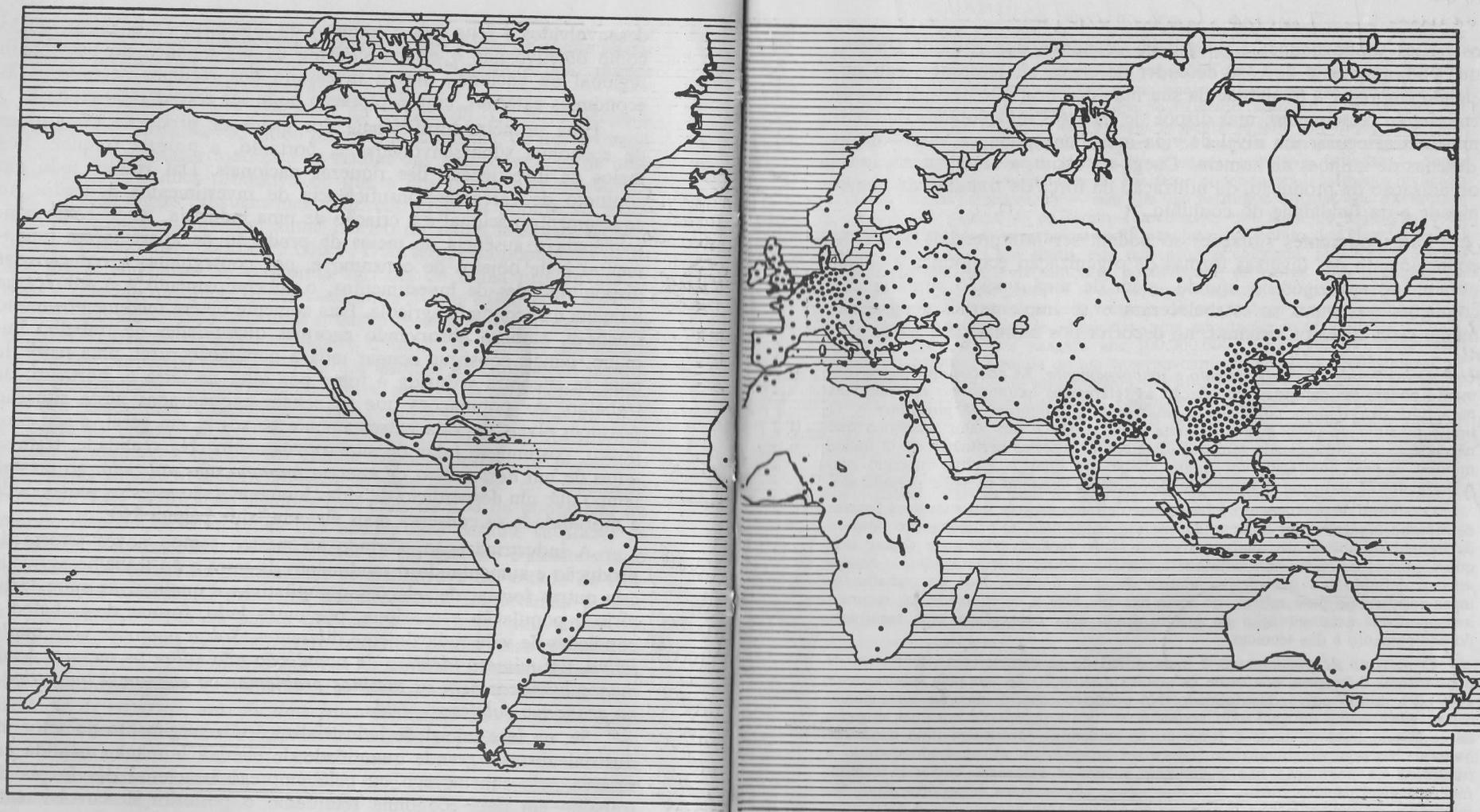


FIGURA 5 — Distribuição bruta da população no Mundo. Um ponto corresponde a 5 milhões de habitantes.

Hoi que se
busca um

O Equilíbrio Teórico: Geográfico (Distribuição)

os países subpovoados: é o caso da economia dos Estados Unidos, que continuamente deve se defender de crises ou recessões, não podendo empregar a totalidade da sua mão-de-obra, que não está em efetivo crescimento, mas dispõe de recursos inexplorados que permitiriam assegurar um nível de vida mais conveniente a várias outras dezenas de milhões de homens. Chega-se, assim, a atingir a noção da organização da produção, da utilização da força de trabalho da humanidade e da finalidade do conjunto.

Essas diferentes situações só podem ser interpretadas à luz do conhecimento das diversas formas de organização econômica e social atualmente em vigor no mundo, além de uma revisão sumária das condições nas quais se estabeleceram e se implantaram geograficamente esses diversos sistemas, no decorrer dos últimos 100 anos.

As noções de superpovoamento e subpovoamento. As noções de superpovoamento podem ser definidas em relação às referências quantitativas estabelecidas para uma determinada coletividade: *maximum e minimum de povoamento*. O limite máximo de povoamento de uma dada região é um valor numérico que não poderá ser ultrapassado sem que disso resultem sérias perturbações. O índice mínimo é, pelo contrário, um limite abaixo do qual o efetivo humano não poderia descer sem que o futuro do povoamento regional se visse prejudicado.

O mínimo de povoamento é facilmente definido através das suas duas formas de *mínimo biológico*, ou *isolat*, e de *mínimo econômico*. O primeiro é o número de indivíduos abaixo do qual uma *coletividade fechada* não pode descer sem que o excesso de endogamia ocasione a esterilização do grupo. O *mínimo econômico* é definido por um *efetivo* abaixo do qual a capacidade de trabalho se torna insuficiente para retirar, do meio em que vive a coletividade, os recursos indispensáveis à conservação do grupo, sendo essa capacidade uma resultante do equipamento e das técnicas.

O *máximo de povoamento* é mais difícil de se caracterizar. Reveste-se de duas formas diferentes, conforme se analise a situação de um país subdesenvolvido ou a de um país industrializado. No primeiro caso, o máximo corresponde a um índice acima do qual todo acréscimo coloca a população em uma situação de equilíbrio instável, onde a fome ou as epidemias constituem uma constante ameaça. No segundo, o máximo parece ser atingido ou ultrapassado quando a totalidade da população não pode mais encontrar emprego, baixando rapidamente o nível de vida médio. Nos dois casos, não se trata de valores absolutos invariáveis no tempo, porém o máximo de povoamento aparece como particularmente circunstancial no segundo caso.

O *subpovoamento* compreende todo grau de ocupação de um território inferior ao mínimo de povoamento. Todavia, se o mínimo biológico parece intangível, o mínimo econômico pode ser modificado por um equipamento mais eficiente da referida coletividade humana.

O *superpovoamento* define-se, inversamente, como qualquer ultrapassagem do máximo; a consideração do seu conceito coloca em discussão o próprio caráter desse máximo. Não iremos separar, aqui, as críticas destes dois conceitos e todos os fatos que se aplicarem à análise da noção de superpovoamento repercutirão, *ipso facto*, sobre a do máximo de povoamento.

É sempre do ponto de vista de não ser este "elemento" como forma de ser no processo social. É isto de modo geral.

Declarar
nações

Teoricamente, é permitido falar em *superpopulação absoluta* se se tornar demonstrável, em certos casos, que uma vez ultrapassado o limite máximo não há mais possibilidade de se aumentar a produção ou a distribuição dos recursos. A demonstração desse fato implica numa análise minuciosa das condições geográficas, históricas e políticas. O superpovoamento absoluto é concebível em meio isolado, cujos recursos não possam aumentar e cuja população não pode recorrer às de outro meio, nem para venda de serviços nem para adiantamento de empréstimos. Deixando-se à parte as sociedades primitivas isoladas — como certas populações de arquipélagos do Pacífico (podendo ser igualmente invocado o caso da ilha de La Réunion) — sem que seja permitido afirmar que os recursos locais não são suscetíveis de serem aumentados, um tema de aplicação e de discussão da noção de superpovoamento absoluto, no âmbito dos grandes países, é o caso do Japão. Com efeito, este país acha-se colocado, atualmente, devido a circunstâncias que o deixam sem possibilidade de trocas com o continente, em uma situação assemelhável a de superpovoamento absoluto; porque parece impossível afirmar que os poucos recursos do arquipélago possam sustentar, nas condições sociais atualmente adquiridas, uma população de 90 milhões de habitantes, que em 30 anos chegará aos 100.000.000. Seria cabível utilizar, com relação ao Japão, a fórmula de um superpovoamento absoluto circunstancial.

De fato, os casos de superpovoamento absoluto são excepcionais e circunstanciais, pois uma modificação nas condições das ligações econômicas internacionais repercute imediatamente sobre o sentido das relações entre recursos e população. O exemplo dos países de fracos recursos econômicos nacionais, que encontram auxílio nas atividades de base marítima, isto é, no empréstimo de serviços e de força de trabalho a outros países, é bastante significativo a esse respeito, quer se trate da Noruega ou da Grécia, e isto sem abordar as situações muito mais complexas da Grã-Bretanha e do Japão. Também é o caso dos países que oferecem seus serviços industriais, turísticos e financeiros. A Suíça não daria a impressão de se encontrar em estado de superpovoamento absoluto se fosse economicamente isolada e se a sua população se encontrasse reduzida aos poucos recursos nacionais? *Superpovoamento Relativo*

Torna-se, portanto, mais exato examinar o superpovoamento sob a sua forma de *superpovoamento relativo*, que pode ser definido através de quatro perspectivas analíticas:

1. *Em relação ao espaço considerado* — Uma modificação da escala escolhida para a interpretação das atuais relações entre a população e os recursos é suficiente para modificar os fatos. Java encontra-se, sem dúvida, em uma situação próxima do superpovoamento, nas condições presentes de exploração de seus recursos, mas não se pode afirmar a mesma coisa em relação à Indonésia.
2. *Em relação aos recursos mobilizados, comparativamente aos recursos mobilizáveis*. Um país que se encontra presentemente sem condições de aumentar sua população pode bruscamente encontrar-se no caso de subpovoamento, isto é, incapaz de recrutar toda a mão-de-obra necessária, se uma antiga forma de economia, que apenas utiliza parte do potencial produtivo, for substituída por outra em que se faz o emprego de um setor mais vasto de recursos: colonização de novas zonas agrícolas, criação de indústria etc. A Polônia, tendo sido até a II Guerra Mundial um país de emigração crônica, provocada pelo superpovoamento rural, deve vigiar cuidadosamente a boa distribuição da sua mão-de-obra a fim de levar a cabo as tarefas que se propôs, nas novas perspectivas de utilização do patrimônio nacional. O expediente principal utilizado para aliviar o superpovoamento das planícies chinesas é, no momento presente, a construção de grandes barragens que permitam aumentar a superfície cultivada e eliminar os riscos constantes de destruição das colheitas.

Também;
gic;
condições
produtiv
as

3. *Em relação às perspectivas técnicas.* Para afirmar que um país se encontra irremediavelmente superpovoado é preciso admitir que o progresso técnico já parou, e que não mais são possíveis quaisquer novos meios de desenvolvimento da produção ou a promoção de novas matérias-primas ou fontes de energia. A industrialização, capaz de remediar o superpovoamento da África do Norte, não tem muito a esperar da valorização dos seus recursos em petróleo e em gás natural?

4. *Em relação à acessibilidade da população aos recursos produzidos.* Um país pode parecer superpovoado se uma parte importante dos recursos que produz é utilizada em benefício de uma economia e de uma população estrangeiras. Reciprocamente, este país seria superpovoado se não recebesse a contribuição da produção provida do exterior. No interior de um mesmo país, as características do superpovoamento podem ser aplicadas apenas a uma parcela da população: população de uma região determinada, onde os meios e as fontes de produção são insuficientes para a sua sustentação, ou categorias sociais vítimas de uma retirada de recursos em proveito de outras camadas sociais. As reformas agrárias, particularmente, têm por finalidade deixar aos habitantes rurais o benefício de seu trabalho, livrando-os da obrigação de ceder aos cidadãos a metade, pelo menos, de sua renda. A zona rural, superpovoada quando sua população dispõe apenas de 50% das colheitas, assegura condições aceitáveis de vida, no caso de todas as colheitas pertencerem às populações rurais.

Não iremos tratar, aqui, de uma interpretação bastante discutível do superpovoamento relativo em zona de economia desenvolvida, segundo a qual o superpovoamento é função do nível de vida adquirido. Torna-se bastante fácil demonstrar que a renda nacional da França permitiria sustentar, nas atuais condições de existência, mais de 200 milhões de indianos; mas tal gracejo, levando-se em conta as conquistas econômicas e sociais de vários séculos, não poderia ser encarado com seriedade.

Em numerosos casos, a passagem de uma situação de superpovoamento relativa para uma situação mais racional e justa do problema das relações entre populações e recursos supõe profundas modificações das estruturas econômicas e sociais, até mesmo revoluções. Essa questão só pode ser claramente compreendida com o estudo dessas estruturas em si mesmas. *O ótimo de povoamento*, que definiria o número de população correspondente às melhores condições de produção e distribuição em uma dada região geográfica, tendo como base a referência de um nível de vida médio convencional, tem, portanto, em si mesmo um conceito relativo, produto não unicamente do nível técnico, mas também das condições de organização, em cuja aplicação podem ser mobilizadas técnicas e recursos em potencial.

*o ótimo de povoamento
é relativo à
Jesus*

CAPÍTULO II

SISTEMAS ECONÔMICOS E TIPOS DE ECONOMIA

Dois grandes sistemas econômicos acham-se atualmente em vigor, no mundo: o capitalista e o socialista. Esta distinção tão fundamental quanto simples, sob o ponto de vista da teoria e da prática econômicas, não chega a fornecer uma imagem exata da geografia econômica do globo. Cada um desses sistemas desenvolveu-se partindo de bases geográficas determinadas. Para fora de seus meios de origem, a sua expansão geográfica faz-se de acordo com as leis de desenvolvimento próprias a cada um deles, encontrando condições variadas conforme as estruturas anteriormente existentes. As diferenciações entre ambos repousam, portanto:

1. sobre as leis de desenvolvimento de cada um destes dois sistemas;

2. sobre as condições históricas da implantação de cada um deles em seu domínio original e da expansão para fora do domínio de origem;

3. sobre as modalidades de organização econômicas e sociais herdadas, em cada lugar, dos períodos anteriores e que imprimiram, por um espaço de tempo mais ou menos longo, uma feição original à economia da região, qualquer que seja o sistema atualmente aplicado e, como consequência, sobre o desigual desenvolvimento dos diversos países em cada uma dessas duas séries orgânicas.

O estudo histórico de cada um dos dois sistemas possibilita ressaltar essas três séries de fatores de diferenciação.

PIERRE GEORGE

Professor da Sorbonne

INTRODUÇÃO

GEOGRAFIA ECONÔMICA

Tradução de

RUTH MAGNANINI

Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Supervisor Técnico

ANTONIO CRISTOFOLETTI

Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Faculdade
de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro

4ª Edição

 **DIFEL**
Difusão Editorial S.A.